

Inclusão e Educação

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)



Atena
Editora

Ano 2019

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

Inclusão e Educação

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-029-2

DOI 10.22533/at.ed.292191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação inclusiva. 4. Tecnologia – Educação. I. Machado,
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 25 capítulos do volume I, apresenta os novos conhecimentos científicos e tecnológicos para a área da saúde especial das modalidades da saúde intelectual e mental, num viés da genética e a visão da psicopedagogia sobre a educação especial, a transição das Políticas Públicas para a educação especial e as transformações sob análises a partir da realidade local.

A Educação por Inclusão engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas tecnológicas nas áreas do Ensino, Novas Tecnologias Específicas, Psicopedagogia, Psicanálise, Educação, Políticas Públicas Brasileiras das Institucionais e Regionais que visam o aumento benéfico e produtivo na qualidade do ensino e desenvolvimento do aluno especial. Além disso, a crescente demanda por conceitos e saberes que possibilitam um estudo de melhoria no processo de participação e aprendizagem à educação inclusiva aliada a necessidade de recursos específicos.

A junção de pesquisas e a modernização da tecnologia compõem um contexto de educação inclusiva nas diversas modalidades da inclusão.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume I é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que possuem deficiência e dificuldade psicológica de aprendizagem na perspectiva das Institucionais Regionais do Brasil, mais precisamente, as participações das Políticas Públicas Brasileiras Educacionais. Trazendo artigos que abordam experiências do ensino e aprendizagem no âmbito escolar, desde as séries iniciais até prática de ensino em psicologia com idosos. Assim, aos componentes da esfera educacional que obtiveram sucessos apesar dos desafios encontrados; a mediação pedagógica como força motriz de transformação educacional e a utilização de tecnologias assistivas para auxiliar o aprendizado do discente especial.

Ademais, esperamos que este livro possa fortalecer o movimento de inclusão social, colaborando e instigando professores, pedagogos e pesquisadores às práticas educacionais, às contribuições da genética e da psicanálise a quem ensina, aos alunos especiais na transição da escola regular sob um olhar da psicopedagogia e aos educadores que corroboram com a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA META 4	
<i>Maria do Carmo de Sousa Severo</i>	
<i>Érica Nazaré Arrais Pinto Pereira</i>	
<i>Joiran Medeiros da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915011	
CAPÍTULO 2	10
EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA E DA ANDRAGOGIA	
<i>Mônica Campos Santos Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915012	
CAPÍTULO 3	16
EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: EXPANSÃO E CONTRADIÇÕES (2003 – 2014)	
<i>Cleiton Leite Barbosa</i>	
<i>Afrânio Vieira Ferreira</i>	
<i>Sandy Andreza de Araujo Lavor</i>	
<i>Jeanne D'arc de Oliveira Passos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915013	
CAPÍTULO 4	26
“PRECISAMOS SER COMO CAMALEÕES?”: EXPERIÊNCIA DE UMA PRÁTICA DE ENSINO EM PSICOLOGIA COM IDOSOS	
<i>Edivan Gonçalves da Silva Júnior</i>	
<i>Maria do Carmo Eulálio</i>	
<i>Almira Lins de Medeiros</i>	
<i>Elizabeth de Lourdes Bronzeado Krkoska</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915014	
CAPÍTULO 5	42
A APRENDIZAGEM EM QUESTÃO: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA E DA PSICANÁLISE A QUEM ENSINA	
<i>Juliana dos Santos Rocha</i>	
<i>Virgínia Dornelles Baum</i>	
<i>Marlene Rozek</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915015	
CAPÍTULO 6	57
A PERSPECTIVA INCLUSIVA PARA O FORTALECIMENTO DA RESSOCIALIZAÇÃO DE ASSISTIDOS DA CENTRAL DE ALTERNATIVAS PENAIAS DO CEARÁ – RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Dafna Maria da Silva Ricardo</i>	
<i>Débora Rocha Carvalho</i>	
<i>Aline Maria Barbosa Domício Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915016	

CAPÍTULO 7 66

APRENDIZAGEM E ESCOLARIZAÇÃO EM FOCO: UMA VISÃO PSICOPEDAGÓGICA

Virginia Dornelles Baum
Juliana dos Santos Rocha
Marlene Rozek

DOI 10.22533/at.ed.2921915017

CAPÍTULO 8 81

AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS, VOLTADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO

Ana Cristina de Carvalho
Edicléa Mascarenhas Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.2921915018

CAPÍTULO 9 86

A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Iris Mara Guardatti Souza
Regina Cohen
Patrícia Lameirão Campos Carreira
Angélica Fonseca da Silva Dias
Rita de Cássia Oliveira Gomes
Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior
Mônica Pereira dos Santos
Jean-Christophe Houzel

DOI 10.22533/at.ed.2921915019

CAPÍTULO 10 97

DESAFIOS FORMATIVOS VIVENCIADOS E SUPERADOS PELOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE AGRESTINA - PE PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Cicera Mirelle Florêncio da Silva
Maria Aline de Macedo Silva Mendes

DOI 10.22533/at.ed.29219150110

CAPÍTULO 11 107

ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE CALDAS NOVAS NOS ÚLTIMOS 13 ANOS

Jullyana Pimenta Borges Gonçalves
Rosângela Lopes Borges
Marcos Fernandes Sobrinho
Cinthia Maria Felício

DOI 10.22533/at.ed.29219150111

CAPÍTULO 12 120

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA CIDADE DE CRATO-CE: O USO EM CONTEXTO RELIGIOSO

Luiza Valdevino Lima
Francisco Edmar Cialdine Arruda
Martha Milene Fontenelle Carvalho
Ana Patricia Silveira
Daniela Valdevino Lima

DOI 10.22533/at.ed.29219150112

CAPÍTULO 13..... 131

O PAPEL DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS (OBMEP) COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

Joselito Elias de Araújo
José Vinícius do Nascimento Silva
Pedro Eduardo Duarte Pereira
Flávia Aparecida Bezerra da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29219150113

CAPÍTULO 14..... 141

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MUDANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR: A QUESTÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PERNAMBUCANA

Lúcia de Fátima Farias da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29219150114

CAPÍTULO 15..... 150

UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO NAS PESQUISAS ACADÊMICAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA BAHIA

Julimar Santiago Rocha
Maria da Conceição Alves Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.29219150115

CAPÍTULO 16..... 163

FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Débora Rocha Carvalho
Deldy Moura Pimentel
Terezinha Teixeira Joca
Marilene Calderaro Munguba

DOI 10.22533/at.ed.29219150116

CAPÍTULO 17..... 172

NAS TESSITURAS DA LEI 10.639/03: DIÁLOGOS ENTRE O ENSINO DE HISTÓRIA E A DIVERSIDADE ÉTNICORACIAL

Aparecida Barbosa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29219150117

CAPÍTULO 18..... 181

O DIREITO A EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA A PARTIR DO CONTEXTO DOS JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE

Daniel de Souza Andrade
Andréia Alves de Oliveira
Edneide Nóbrega do Rêgo
Elânia Daniele Silva Araújo
Janaina Dantas dos Santos
Lidyane Gomes Mendonça da Silva
Maria José Elaine Costa Silva Pereira
Marlene Eneas da Silva Falcão
Sônia Maria de Lira
Verônica Remígio da Silva e Lima

DOI 10.22533/at.ed.29219150118

CAPÍTULO 19	191
O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA ROTINA DO PROGRAMA FACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
<i>Maikson Damasceno Machado</i>	
<i>Kátia Cristina Novaes Leite</i>	
<i>Eliata Silva</i>	
<i>Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150119	
CAPÍTULO 20	202
UMA REFLEXÃO SOBRE A POLITICA EDUCACIONAL INCLUSIVA NO BRASIL	
<i>Marília Piazzini Seno</i>	
<i>Simone Aparecida Capellini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150120	
CAPÍTULO 21	213
AFETIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO	
<i>Scheilla Conceição Rocha</i>	
<i>Cândida Luisa Pinto Cruz</i>	
<i>Rita de Cácia Santos Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150121	
CAPÍTULO 22	224
UMA HISTÓRIA DE (RE)SIGNIFICAÇÃO DE UM ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA	
<i>Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo</i>	
<i>Edivânia Paula Gomes de Freitas</i>	
<i>Leandra da Silva Santos</i>	
<i>Kelli Faustino do Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150122	
CAPÍTULO 23	234
CIDADANIA E DIREITOS NO AMBIENTE ESCOLAR: FORMANDO CIDADÃOS, TRANSFORMANDO REALIDADES ATRAVÉS DO ESTUDO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	
<i>João Maria Cardoso e Andrade</i>	
<i>Joana Paula Costa Cardoso e Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150123	
CAPÍTULO 24	244
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRÁTICAS NO COTIDIANO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS	
<i>Clemilda dos Santos Sousa</i>	
<i>Fernanda Nunes de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150124	
CAPÍTULO 25	255
TRILHANDO OS CAMINHOS DA INCLUSÃO: A CRECHE COMO PRIMEIRO ESPAÇO	
<i>Sára Maria Pinheiro Peixoto</i>	
<i>Edileide Ribeiro Pimentel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150125	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	269

CAPÍTULO 9

A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Iris Mara Guardatti Souza

UFRJ, Agência UFRJ de Inovação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.
Rio de Janeiro, RJ.

Regina Cohen

UFRJ, Núcleo PRO-ACESSO Núcleo de Pesquisa, Ensino e Projeto sobre Acessibilidade e Desenho Universal, Faculdade de Arquitetura.
Rio de Janeiro, RJ.

Patrícia Lameirão Campos Carreira

UFRJ, Seção de Assistência ao Ensino, Museu Nacional.
Rio de Janeiro, RJ.

Angélica Fonseca da Silva Dias

UFRJ, Projeto de Gestão do Conhecimento, Acessibilidade e Fatores Humanos. Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais.
Rio de Janeiro, RJ.

Rita de Cássia Oliveira Gomes

UFRJ, Assessoria de Inclusão e Acessibilidade, Pró-Reitoria de Políticas Estudantis.
Rio de Janeiro, RJ.

Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior

UFRJ, Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva.
Rio de Janeiro, RJ.

Mônica Pereira dos Santos

UFRJ, Diretoria de Acessibilidade e Faculdade de Educação.
Rio de Janeiro, RJ.

Jean-Christophe Houzel

UFRJ, Projeto de Extensão ReAbilitArte, Instituto de Ciências Biomédicas.
Rio de Janeiro, RJ.

RESUMO: Este artigo apresenta a experiência de implantação do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva, considerando o ainda incipiente número de iniciativas deste porte no Ensino Superior brasileiro. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o movimento de luta para acessibilidade e inclusão iniciou-se em 2006, mas o Fórum só foi instituído em 2016. Neste artigo, pretendemos analisar alguns dos desafios desta trajetória, na tentativa de compartilhar a experiência da maior universidade federal do país e de identificar maneiras de superação das referidas dificuldades. Na UFRJ, a presença de alunos, servidores técnico-administrativos e docentes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação nunca foi estimada com precisão. Isto fazia com que as poucas ações estruturadas para o atendimento desta população fossem feitas de forma emergencial, e mesmo ‘artesanal’, pontualmente vinculadas à iniciativa de uma unidade, departamento ou individual, sem haver uma política institucional que desse conta desta problemática. Preocupados com esta questão, e incentivados pelas políticas

públicas de inclusão do Ministério da Educação que, por meio das suas secretarias de Educação Superior, de Educação Especial, e de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, lançou, em 2005, o primeiro edital do Programa Incluir (visando garantir o pleno acesso de pessoas com deficiências às Instituições Federais de Ensino Superior), um grupo de servidores técnico-administrativos, docentes e alunos vinculados a diversas unidades e laboratórios da UFRJ decidiu elaborar um projeto para concorrer ao referido edital. Estas ações constituíram-se nos passos iniciais que, mais tarde, originariam o Fórum aqui apresentado.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Acessibilidade; Educação Inclusiva; Políticas Públicas; Ensino Superior

ABSTRACT: This paper presents the experience of implementing the Permanent Forum for an Accessible and Inclusive UFRJ, given that the number of such initiatives in Brazilian Superior Education still remains incipient. At Federal University of Rio de Janeiro, the movement for accessibility and inclusion started around 2006, but the Permanent Forum was only installed in 2016. In this paper, we intend to analyze some of the challenges along this path, intending to share the experience of the largest federal university of the country, and to identify ways to overcome such difficulties. At UFRJ, the presence of students, technicians, administrative staffs and teachers with disabilities, global developmental disorders, higher abilities or giftedness, had never been precisely estimated. Therefore, the few structured actions undertaken to care of this population were performed emergently, sometimes even in an ‘amateur’ way, since they depended on isolated initiatives of single departments or individuals, with no institutional policy responsible for this matter. Worried with this issue, and encouraged by the new inclusive policies from the Ministry of Education, which, in 2005, launched the first call of the “Include Program” (designed to guarantee full access of people with disabilities to Superior Education Federal Institutions), a group of technicians, teachers and students from several institutes and laboratories decided to elaborate a proposal to compete for the referred public call. Such actions were the first steps towards the construction of what later became the Permanent Forum for an Accessible and Inclusive UFRJ we depict hereafter.

KEYWORDS: Inclusion; Accessibility; inclusive education; Public policies; Superior Education.

1 | INTRODUÇÃO

Até recentemente, falava-se na “integração” das pessoas com deficiência na sociedade. A ideia de “integração” pressupunha que eram as próprias pessoas com deficiência (PcD) que deveriam se adaptar a um contexto social excludente, aos preconceitos e estigmas criados. Nessa lógica, o esforço que as PcDs deveriam fazer para se adaptarem a espaços com barreiras de acessibilidade fazia com que a falta de habilidade recaísse sobre elas, reforçando sua deficiência, sua incapacidade e sua

desvantagem, caracterizando o que os teóricos e profissionais chamavam de “modelo médico de deficiência”. Esse contexto levava a uma maior segregação e tinha como resultado as medidas assistencialistas e caritativas com relação a esse segmento da população.

Atualmente, a lógica pode ser expressa pela adoção do lema “nada sobre nós, sem nós”, pelos movimentos das pessoas com deficiência em todo o mundo, que demarca o lugar de um movimento pela “inclusão ampla e irrestrita” e de “modelo social de deficiência” (BERNARDES e col., 2009). Um marco fundamental nesta mudança de definição e de percepção da deficiência é a ratificação pelo Brasil, em 2009, da Convenção pelos Direitos das Pessoas com Deficiências (CDPD), adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), e que esclarece que as *“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”*. (BRASIL, 2009). A partir daí o Movimento dos Direitos da Pessoa com Deficiência alcançou muitas conquistas e influenciou positivamente as sociedades, de forma que podemos dizer que nos últimos anos houve avanços significativos no modo como é percebida a pessoa com algum tipo de deficiência. As populações estão mais cômicas de que qualquer cidadão pode ter, em algum tempo de sua vida, temporária ou permanentemente, uma ou algumas necessidades.

Outra influência importante dos movimentos a favor dos direitos das pessoas com deficiências são os vários acordos e documentos internacionais, bem como leis, decretos, pareceres e resoluções nacionais, referentes aos direitos humanos e à educação que vêm estabelecendo a premissa da inclusão, gerando essas mudanças no tratamento da questão e trazendo possibilidades e desafios quanto à educação das pessoas com deficiência. Neste sentido, legislações e ações afirmativas foram criadas com o fim de garantir a acessibilidade e a inclusão da população em situação de exclusão em todos os espaços sociais. Dispositivos legais passaram a considerar o tema da acessibilidade, mais amplamente, a partir da Lei Nº 10.098 (BRASIL, 2000), a qual estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade arquitetônica. Muito recentemente, em janeiro de 2016, a Presidente Dilma Rousseff, ratificou a Nova Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (ou “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, BRASIL, 2015) que, no seu artigo 28, especifica muito claramente a obrigação da *“acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino”*.

Em que pese a propriedade da lei, a acessibilidade não se resume a barreiras arquitetônicas, tampouco são elas impostas apenas a pessoas com deficiência. Ainda é notória a presença de barreiras de toda a sorte que dificultam ou impossibilitam a plenitude do acesso e da permanência de todos em nossa Universidade, sem obstáculos. Neste sentido, é importante lembrar que uma pessoa com deficiência

pode, embora não necessariamente, apresentar algumas dificuldades, que poderão trazer impedimentos em sua eficiência na sociedade. E que parte destas limitações pode ser abolida quando existe um ambiente favorável, onde há facilitadores como uma educação que se ajuste à sua realidade ou o uso de tecnologias para reduzir as dificuldades.

Assim, ações vêm sendo traçadas, no contexto brasileiro, a fim de que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) passem a atuar na redução das desigualdades e promovam políticas de ações afirmativas. Com os investimentos que vêm sendo realizados, registra-se, nos últimos anos, um aumento de novas matrículas de discentes outrora excluídos. Particularmente, observa-se o crescimento da participação da esfera pública na oferta de vagas para discentes com necessidades especiais e dos investimentos públicos na área, através da criação de programas como o Incluir, o PROUni, o REUNI, e tantos outros do Ministério da Educação (MEC), que buscam inserir estas populações no ensino superior.

O presente artigo busca traçar o histórico de institucionalização das ações interdisciplinares de acessibilidade e inclusão da UFRJ, que vão na direção dos investimentos e esforços mencionados acima, desde a formação do Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade (NIA) até a criação do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva.

Esse Núcleo procurou integrar e promover a interatividade entre diversas iniciativas voltadas para as pessoas com deficiência já existentes em diferentes unidades da nossa Universidade. Além disso, buscou incluir discentes, pesquisadores, servidores docentes e técnicos-administrativos que se preocupavam com a temática da acessibilidade e inclusão, em atendimento ao Edital Incluir, lançado anualmente pelo MEC desde 2005. O objetivo principal deste Edital, o qual, por sua vez, constituía uma das estratégias das políticas públicas de inclusão do referido ministério, era incentivar e promover ações para melhoria da acessibilidade nas universidades, tendo em vista ampliar a inclusão no ensino superior. Atualmente, ele foi incorporado pela Divisão de Inclusão Social, Acessibilidade e Assuntos Comunitários (DINAAC), da Superintendência Geral de Políticas Estudantis (SuperEst) e a ela somou-se o Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva, o qual amplia, aprofunda e reorganiza as ações que se encontravam em desenvolvimento pela equipe do NIA por vislumbrar a necessidade de fortalecer, qualificar e expandir suas atividades. Veremos, a seguir, como se deu a constituição de cada uma destas instâncias.

2 | A CRIAÇÃO DO NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ACESSIBILIDADE (NIA) E A DIVISÃO DE INCLUSÃO SOCIAL, ACESSIBILIDADE E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS (DINAAC)

A criação do Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade (NIA) ocorreu em 2007,

visando atender às exigências do Edital MEC/SESu/SEEsp N° 3, de 26/4/2007, publicado no Diário Oficial da União de 06 de junho de 2007, seção 3, página 31, para concorrer à seleção do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior, que objetivava apoiar a criação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade que promovessem ações para a garantia do acesso pleno às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, constituindo uma política de inclusão que tornasse acessíveis espaços físicos, portais, sítios eletrônicos, processos seletivos, práticas educativas, comunicações e avaliações, dando respostas concretas às diferentes formas de exclusão (BRASIL/MEC, 20013).

A proposta, naquele momento, foi integrar e promover a interdisciplinaridade e a interatividade entre as diversas iniciativas já existentes nas diferentes unidades da UFRJ com foco específico nas deficiências, por serem estes os sujeitos-alvo da educação especial, área do MEC que lançou o edital. Assim, o projeto para a criação do NIA foi aprovado e visou incluir os diferentes atores com atuação na área de acessibilidade e inclusão e pessoas com diferentes tipos de deficiência e/ou mobilidade reduzida nas atividades de Educação Básica e Superior e projetos de Extensão.

Tendo em vista o financiamento do MEC obtido pelo NIA para projetos nos anos de 2007, 2008 e 2009, o núcleo sustentou-se, ainda que sem apoio institucional concreto. Ele existia no papel, mas na prática, só realizava algumas ações em função do financiamento deste edital, que era pouco para o tamanho da UFRJ e não permitia a adoção de recursos cruciais, como por exemplo, o de contratar pessoal. Na verdade, o Núcleo funcionava com apenas uma servidora, que se encarregava de juntar a todos em reuniões cuja frequência oscilava na medida das (im)possibilidades. Ainda em 2009, a mencionada servidora licenciou-se para terminar seu doutorado e o NIA sofreu uma desmobilização.

Em 2010, com o retorno da servidora, o grupo tentou, com grande esforço, retomar o Núcleo. Em que pesem as dificuldades de mobilização encontradas, entre outras, o grupo conseguiu chamar a atenção da gestão universitária de então, que o chamou para uma reunião, em 2011. Na ocasião, os participantes expuseram seus trabalhos e suas expectativas a respeito da consolidação do Núcleo como uma instância que, para além de oficial, deveria ser, também, institucionalmente reconhecida e ganhar visibilidade. Naquele momento, o grupo manifestou sua preocupação com as dificuldades em que o NIA esbarrava pela falta de reconhecimento de fato, para além do de direito, e alertou para a necessidade de que o mesmo se tornasse uma instância com maior status na estrutura da Universidade, preferencialmente, ligado diretamente à Reitoria. A proposta era que se transformasse o NIA (Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade) em uma Superintendência, vinculada ao Gabinete da Reitoria, com o objetivo principal garantir a acessibilidade plena e a inclusão das pessoas com deficiência nos espaços da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através de ações institucionais afirmativas direcionadas à educação, saúde, assistência social e direitos humanos dessa população, eliminando barreiras atitudinais/comportamentais, pedagógicas,

arquitetônicas e de comunicação. Entretanto, essa proposta foi desconsiderada pela gestão anterior.

Por outro lado, foi criada a Divisão de Inclusão Social, Acessibilidade e Assuntos Comunitários (DINAAC), à qual o NIA foi incorporado e que é composta pelas seguintes Seções: de Inclusão (ainda em estruturação), de Assuntos Comunitários e de Acessibilidade.

Das 3 seções que compõem a DINAAC, a seção de Acessibilidade é a que se encontra atualmente mais estruturada e possui como responsabilidade a criação de diretrizes, proposição e acompanhamento de ações para a adaptação dos diversos espaços da UFRJ, a fim de permitir o acesso universal para todos; promoção do ingresso e da permanência de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação ou ainda, as com mobilidade reduzida nos quadros docentes, discentes e técnicos administrativos em educação. A Seção é responsável, ainda, pela elaboração/fiscalização de projetos de adaptação dos espaços buscando a inclusão educacional, profissional e social dessa população.

Quanto à Seção dos Assuntos Comunitários, sua responsabilidade centra-se em criar diretrizes, propostas e acompanhar as ações que promovam acesso, permanência com sucesso e conclusão de estudos, no caso dos estudantes, além de ocupar-se, também, com ações de melhoria de qualidade de vida de estudantes regularmente matriculados e servidores docentes e técnico-administrativos em educação da instituição.

Tendo em vista o acima narrado, referente a que a gestão do ano de 2011 não aprovou a ideia de transformar o NIA em uma Superintendência vinculada diretamente à reitoria, nem o NIA prosperou e tampouco a DINAAC alcançou a proposta de articulação institucional das iniciativas de acessibilidade e inclusão. O Fórum surge, assim, como amadurecimento e diferencial em relação aos esforços anteriores, como instância complementar ao trabalho da DINAAC, e é dele que se ocupará a seção a seguir.

3 | DO NIA AO FÓRUM PERMANENTE UFRJ ACESSÍVEL E INCLUSIVA

Diante da existência de grandes demandas de acessibilidade arquitetônica, física, atitudinal e comunicacional nos campi da UFRJ, a Agência UFRJ de Inovação e a Superest, em conjunto com vários grupos, instâncias e profissionais da UFRJ e parceiros, organizaram o 1º Fórum Universitário de Acessibilidade UFRJ (UFRJ, 2013), que teve por objetivo mobilizar atores no campo da acessibilidade, inovação e inclusão para avaliar estratégias e reunir propostas, focando nas perspectivas de elaboração de um mapa da (in)acessibilidade dos campi, utilizando os princípios da inteligência coletiva e as tecnologias de georreferenciamento.

Foram recebidas 325 inscrições, mas, devido à capacidade limitada do

auditório, 185 pessoas puderam ser aceitas. Os participantes constituíram mais de 40 profissões diferentes. Essa grande diversidade dos perfis dos participantes destacou o caráter fundamentalmente transdisciplinar da acessibilidade. Dos participantes, 15% tinham alguma deficiência (motora, visual ou auditiva). Para realizar o evento, foram necessárias algumas intervenções como a ampliação de vagas no estacionamento, adaptação dos banheiros, alteração no auditório com a retirada de duas fileiras de cadeiras fixas para criar espaços para os cadeirantes, além da contratação de interpretes de LIBRAS. Voluntários fizeram audiodescrição.

Uma primeira sessão reuniu intervenções sobre implantação de políticas públicas de inclusão social e direitos humanos, inclusão de surdos através da ciência, experiências em outras universidades, estado da acessibilidade em museus e eventos culturais da UFRJ. A segunda abordou aspectos mais tecnológicos, apresentando propostas de soluções de infraestrutura urbana e de mapas georeferenciados com informações sobre acessibilidade. No segundo dia do Fórum, abordou-se as relações entre acessibilidade e integração-inclusão nos seus aspectos legais, políticos, práticos e afetivos. Uma oficina de planejamento de ações para a elaboração do “Mapa de Acessibilidade da UFRJ” permitiu definir metas e constituir um grupo para elaborar o aplicativo. Outro resultado importante foi a (re)mobilização da rede de pessoas interessadas em discutir e promover acessibilidade na UFRJ, originalmente envolvidas com o NIA.

Para manter viva tal mobilização, apresentar avanços e agregar o maior número de projetos relevantes - sejam estes de ensino, pesquisa ou extensão -, foi decidido que se promoveria um encontro mais amplo, que reunisse todos, para discutir aspectos críticos da implantação de tecnologias assistivas na educação e no trabalho, bem como institucionalizar políticas públicas de acessibilidade.

Conforme esse caráter mais institucional, o IIº Fórum de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva da UFRJ “Conectando Projetos Institucionais em Diálogo com a Sociedade” (UFRJ, 2015a) teve apoio da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, bem como de vários membros da nova equipe dirigente da UFRJ (eleita em 2015). O IIº Fórum foi organizado, a exemplo do primeiro, pela Agência UFRJ de Inovação em parceria com vários grupos, laboratórios, núcleos e profissionais ligados à causa da acessibilidade e de inclusão da UFRJ e externos.

Para melhor divulgar as diversas iniciativas que possam, juntas, contribuir para a construção de uma política institucional internamente integrada, foram projetados curtos vídeos (UFRJ, 2015b) apresentando mais de 25 grupos da UFRJ que trabalham com o tema da acessibilidade e inclusão, o que possibilitou o conhecimento dos projetos já consolidados e dos grupos mais recentes, bem como a interação com profissionais de diversas áreas.

Por outro lado, percebeu-se, igualmente, uma maior necessidade de conhecimento e de reconhecimento destes grupos, o que poderia favorecer o desenvolvimento de ações diversas e conjuntas. Para fortalecer tal união e a identidade do grupo, lançamos

a nova logomarca da acessibilidade na UFRJ, criando um símbolo que destaca o afeto, e que ficou adotado como identidade visual para o Fórum Permanente.

Uma vez fortalecido o reconhecimento dos grupos atuantes nessas áreas, e afirmada a identidade dos diversos atores individuais como sendo partes integrantes de um esforço coletivo e transversalizante para dar um salto qualitativo e quantitativo nas ações inclusivas na UFRJ, reunimos condições mais favoráveis para retomar um diálogo aberto e produtivo com a nova equipe gestora. Esta equipe, sensibilizada com importância da representação participativa das diversidades para se construir uma universidade verdadeiramente universal, e que atenda assim sua missão educadora, por meio da Assessoria da reitoria, imediatamente acolheu, incentivou e promoveu a constituição de um **Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva**. Este Fórum foi lançado, muito oficialmente e com representação de todas as Pró-Reitorias, as quais ele pretende assessorar, no dia 20 de setembro de 2016. O regimento, já aprovado e publicado (UFRJ, 2016), foi elaborado de maneira a promover a participação e a representação de todas as pessoas interessadas em colaborar, incluindo pessoas ou entidades sem vínculo específico com a UFRJ, permitindo assim que o movimento possa se beneficiar das experiências de outras indivíduos e instituições (UFRJ, 2018).

4 | DESAFIOS E INICIATIVAS DE SUPERAÇÃO

O acesso à educação não se reduz aos conteúdos ministrados ou aos conhecimentos adquiridos em sala de aula. Ele se afirma também na formação de cidadania. Assim, esta instituição é responsável – conforme é exigido por lei – por garantir condições mínimas de acesso e permanência, desenvolvendo ações que permitam a autonomia e igualdade de condições entre as pessoas que a frequentam.

Todavia, as dificuldades para a transformação da Universidade em um espaço plenamente acessível são muitas e a superação das mesmas depende de estratégias de curto, médio e longo prazo. A demanda de atuação é muito diversificada. A acessibilidade vem sendo construída processualmente, mas ainda faltam adaptações. Em termos de acessibilidade motora, há um número ainda muito insuficiente de banheiros adequados, rampas, elevadores, plataformas de acesso, portas e passagens alargadas. O número de servidores é ainda insuficiente para toda demanda represada na Instituição.

Cabe salientar que os dados institucionais recebidos sobre a população com deficiência, transtorno global no desenvolvimento e altas habilidades/superdotação apresentam lacunas, como por exemplo a dificuldade em se fazer um levantamento fidedigno do número de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, tendo em vista, entre outros motivos, o fato de que, muitas vezes, temendo o estigma e o preconceito, os próprios sujeitos não se autodeclaram.

Como se vê, são inúmeros os desafios que se afirmam e dificultam a circulação autônoma e independente para as pessoas com deficiência na UFRJ. Assim, a construção de propostas para o atendimento da questão da acessibilidade tem de considerar diversos quesitos. Um quesito é o da informação: o grande desconhecimento sobre a situação de pessoas com deficiência e sobre a garantia de direitos estabelecida pelas legislações vigentes. Nesta direção, o Fórum objetiva construir materiais informativos sobre o tema e propor cursos de formação de discentes, docentes e técnico-administrativos em educação, em parceria com diversos atores e instâncias.

Além disso, a acessibilidade, para ser garantida, demanda a interdisciplinaridade entre as diferentes políticas sociais, tais como a saúde, a moradia, os transportes etc. Nesse sentido, outras ações deverão ser efetuadas em futuro próximo.

Para além das dificuldades, o Fórum e a DINAAC têm se esforçado para aprimorar as seguintes ações:

- Ampliar as parcerias tanto internas à DINAAC (seção de cultura, esporte e lazer; com propostas específicas para pessoas com deficiência) quanto externas (Divisão de Registro de Estudante-DRE e Pró-Reitora de Pessoal-PR4, para levantamento e caracterização do perfil de alunos e servidores que sejam demandantes dessa Divisão) visando a elaboração de ações de inclusão e acessibilidade que atendam às necessidades das populações da UFRJ;

- Conseguir levantar dados mais fidedignos quanto a pessoas com necessidades educacionais especiais na UFRJ;

- Elaborar novos materiais formativos e informativos (por exemplo, espectro autista);

- Participar de eventos institucionais (Conhecendo a UFRJ, Semana de Ciência e Tecnologia, Recepção de calouros);

- Participar de editais (PIBEX, PBPD) com apresentação de proposta de programa integrado com os interesses da DINAAC e do Fórum;

- Criar/fortalecer comissões de acessibilidade em todos os centros e polos da UFRJ espalhados pela cidade do Rio de Janeiro e pela região fluminense;

- Trabalhar conjuntamente com a Ouvidoria e a Procuradoria.

Tendo em vista estes desafios e a experiência bem-sucedida dos dois Fóruns (de 2013 e 2015), algumas demandas foram identificadas, por parte dos docentes e técnicos-administrativos da UFRJ quanto à criação de um local de referência, com perfil interdisciplinar, capaz de acolher alunos e servidores com deficiências específicas no âmbito da UFRJ. Para isso, convergiu-se na ideia de buscar, através da Rede de Acessibilidade promovida pelos grupos de pesquisa e da criação de novas alianças transversais em toda a universidade, apoio para gerar ações estratégicas. Algumas destas ações foram sugeridas no debate promovido durante o evento e constituem nossas atuais metas:

1. Criar um Portal para integrar e orientar a comunidade técnico-científica em torno do tema, no qual poderá funcionar um Fórum virtual que promova

uma efetiva e constante troca de saberes em busca de uma universidade e sociedade mais acessíveis;

2. Promover cursos de formação para servidores e alunos da comunidade universitária, com ou sem deficiência, em temas e ferramentas de inclusão e tecnologia assistiva;

3. Assessorar a construção de um website acessível para a UFRJ. Embora já existam alguns produtos, a página da Universidade pode conter ferramentas de acessibilidade mais abrangentes e inovadoras;

4. Inserir na ambientação de novos servidores o tema da inclusão e da acessibilidade através de ações afirmativas de sensibilização para a questão das pessoas com deficiências, e de estimulação da participação em cursos e oficinas;

5. Completar e ampliar o levantamento atualizado das condições de acessibilidade arquitetônicas dos campi da UFRJ com o aplicativo “Mapas de Acessibilidade”, através de oficinas de sensibilização e qualificação viabilizando mutirões com alunos voluntários e extensionistas;

6. Formar e equipar setores como bibliotecas e secretarias acadêmicas.

5 | CONCLUSÃO

No âmbito do Fórum que se desenha é indispensável a criação de uma instância para que se estimule e implemente medidas transversais para a acessibilidade e a inclusão na vida universitária, capazes de interferir e transformar a cultura segregadora em uma atitude institucional inclusiva. Da mesma forma, a nova proposta deverá ceder espaço para o protagonismo das pessoas com deficiência, buscar a visibilidade desse segmento e apresentar à direção central as ações estratégicas necessárias para o sucesso da inclusão e participação de todas as pessoas com deficiência ligadas à UFRJ.

De acordo com seu Regimento, o Fórum funcionará em Câmaras temáticas de forma a ampliar e aprofundar os debates e ações institucionais. A elaboração de um plano anual nos ajudará a definir metas a fim de minimizarmos o risco de frustrações já experienciadas pelas iniciativas anteriores.

Por fim, vale ressaltar que a criação do Fórum provocou a mobilização da nossa comunidade universitária de forma positiva e representativa. Ao ser presidido pelo Reitor da UFRJ, a o Fórum expressa o comprometimento institucional indispensável para a real conquista de uma universidade para todos e todas.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, LCG; MAIOR, IMML; SPEZIA, CH; ARAUJO, TCCF (2009) **Pessoas com deficiência**

e políticas de saúde no Brasil: reflexões bioéticas. *Ciência e Saúde Coletiva* 14(1):31-38.

BRASIL (2000) **Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Lei Nº 10.098, de 19/12/2000.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm

BRASIL (2009) **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Decreto Nº 6.949, de 25/8/2009.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

BRASIL (2015) **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei Nº 13.146, de 6/6/2015.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm

BRASIL/MEC (2013) **Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior - SECADI/SESu, 2013.** <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=17433>

SUPEREST (2012) **Relatório de Gestão 2012. Superintendência Geral de Políticas Estudantis, UFRJ.** http://superest.ufrj.br/images/Relat%C3%B3rio_condensado5.pdf

UFRJ (2013) **1º Fórum Universitário de Acessibilidade UFRJ.** Programação completa em: http://www.reabilitarte.org/eventos/2013/index_forum2013.html

UFRJ (2015a) **IIº Fórum de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva da UFRJ “Conectando Projetos Institucionais em Diálogo com a Sociedade”.** Programação completa em: http://www.reabilitarte.org/eventos/2015/index_forum2015.html

UFRJ (2015b) **IIº Fórum de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva da UFRJ “Conectando Projetos Institucionais em Diálogo com a Sociedade”.** Vídeos disponíveis em: http://www.reabilitarte.org/midias_video_2forumacessibilidadeufrj2015.html

UFRJ (2016) **Regimento do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva.** <https://acessibilidade.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/09/PORTARIA-10264-de-18-de-novembro-de-2016.pdf>

UFRJ (2018). **Portaria 8030 de 21/08/2018. Boletim da UFRJ. Número extraordinário 33 do 22/08/2018.**

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-029-2

